ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ACTA

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e doze, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º1 do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na versão dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e no n.º 1 do artigo 24º do respectivo Regimento, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada sob a Presidência do Senhor Dionísio Pereira Leite, José Carlos Simas Raposo, secretariado pelo Primeiro Secretário, José Carlos Simas Raposo e pela Senhora Lucília Maria Mendes Ávila Valadão, como Segunda Secretária, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 4 de Dezembro de 2012.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48º da citada Lei n.º 169/99, encontravam-se presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Boleeiro e os Senhores Vereadores Alberto Leça, Luísa Magalhães, José Manuel Medeiros, José Andrade, Bruno Pacheco, José Carlos San-Bento.

O Presidente da Mesa declarou aberta a reunião pelas catorze horas e aproveitou para cumprimentar todos os presentes.

Em seguida, procedeu à chamada, tendo respondido os seguintes Senhores Vogais:

Maria das Mercês Pacheco, Lucília Maria Mendes Ávila Valadão em substituição de Luís Maurício Mendonça Santos, Maria da Conceição Monteiro, Cândida Maria da Costa Benevides, Jorge Manuel de Almada Macedo, Ricardo Manuel Viveiros Cabral, Roberto da Câmara, Isabel Maria D. A. Rodrigues, Maria da Conceição C.P.V. Arruda, Ricardo Nuno Amaral Duarte Pacheco, Sónia Cristina Franco Nicolau, Marco António Moniz Silva, Maria de Fátima Costa Soares Dias, José Carlos Simas Raposo, Manuel Fernando Oliveira

Campos, Paulo Hugo Falcão P. Viveiros, Pedro Miguel Medina R. Raposo, Maria Conceição S. Melo em substituição de Maria José Botelho V.S.L. Duarte, Cláudio Borges Almeida, Vera Lúcia Pinheiro Pires, Maria Luísa de Medeiros Bairos, Sérgio Paulo Ávila Marques, André Filipe Matos de Carvalho e Maria Helena Tavares Chaves Costa.

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia:

Ajuda da Bretanha: Isilda Alexandra em substituição de Bruno A. M. Correia, Arrifes: Eusébio, Covoada: Maria do Rosário Aragão, Fajã de Baixo: Paulo Vasco F. Medeiros, Fajã de Cima: José do Rego Furtado, Fenais da Luz: João José Medeiros, Feteiras: João Manuel Raposo Barbosa, Ginetes: João Paulo A. Medeiros, Livramento: Manuel António Botelho Soares, São Sebastião: Fátima Fernanda da Silva Moreira, Relva: José Costa Melo, Remédios: André Filipe Machado Correia, Santa Bárbara: João Carlos Arruda, Santo António: Domingos Vasconcelos, São José: Jorge Miguel Amaral Oliveira em substituição de José Francisco Garcia Mota, São Pedro: José Leal em substituição de Francisco José Guedes, São Roque: Gilberto Araújo Rodrigues, Sete Cidades: Manuel Arsénio Cacilhas Roque e Pilar da Bretanha: José M. Carvalho.

Não compareceram à reunião os Senhores Deputados Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte, Luís Maurício Mendonça Santos e Cláudio Borges de Almeida e os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia da Candelária – Roberto C. Amaral, Relva – José da Costa Melo, que apresentaram justificação.

E os Senhores Deputados José Luís Pimentel Amaral, Sara Cristina Brum de Medeiros e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Capelas – André Manuel P. Viveiros, Mosteiros – Paulo Jorge F. Almeida, São Vicente – Eduardo M. O. Cabral e Santa Clara – Ricardo Jorge Leite, que não apresentaram justificação.

Contadas as presenças e por haver *quórum*, nos termos do disposto no Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, prosseguiram os trabalhos.

Após, procedeu-se à votação e aprovação da acta, tendo pedido a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau que começou por elogiar as melhorias verificadas na mesma. Em seguida, fez apenas reparo quanto ao que consta da mesma e ao facto de a opinião do PS não estar transposta na totalidade concretamente quanto ao ponto referente á derrama, sendo que defende que houvesse isenção até aos 150mil euros e redução de 50% acima dos 150 mil euros e esta ultima parte não consta da acta, tendo, assim, solicitado esta correção.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a acta aprovada por unanimidade.

Após, o Senhor Presidente da Mesa informou que a correspondência recebida nos últimos meses se encontra disponível para leitura.

Período Antes da Ordem do Dia

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Viveiros Cabral para leitura de voto de pesar pelo falecimento do Comendador Manuel Ferreira.

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Jorge Macedo que, em sugestão à mesa, solicitou a leitura do voto do PSD relativo ao mesmo assunto e a respectiva votação conjunta.

Não havendo oposições, foi dada a palavra á Senhora Deputada Cândida Benevides para leitura de voto de pesar pelo falecimento do Comendador Manuel Ferreira.

Não havendo mais pedidos de intervenção foram ambos os votos a votação, tendo sido aprovados por unanimidade. Estes votos encontram-se anexos à acta.

Após, pediu a palavra a Senhora Deputada Luísa Bairos para leitura de voto de congratulação à Filarmónica Nossa Senhora dos Remédios, pelo seu vigésimo quinto aniversário.

Em seguida pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fajã de Cima para referir que vota\ a favor por considerar que é importante recuperar as filarmónicas e apostar nas mesas

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o voto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Em seguida, pediu a palavra a Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco para leitura de voto de louvor a Emanuel Jorge Botelho.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para sublinhar que são o tipo de manifestações culturais, como a referida no voto de louvor apresentado, que fazem parte também do nosso quotidiano, não sendo somente a crise a dominar.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o voto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Pediu a palavra o Senhor Deputado André de Carvalho para leitura de voto de louvor ao surfista Jácome Correia, pelo título de campeão nacional de esperanças sub-14 em surf.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para associar o PSD ao voto, enaltecendo o desempenho do jovem surfista e podendo tal facto promover os Açores como destino turístico.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o voto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para leitura de recomendação de criação de um Fundo de Emergência Social para 2013.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Campos para dizer que o PS se irá abster, querendo também salientar estar de acordo com a possibilidade de ser deslocalizado um fundo para o fim proposto, apenas referindo considerarem haver outras rúbricas do orçamento de onde o valor para o fundo poderia ser retirado.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para dizer que o CDS propôs a criação de um fundo da mesma natureza no ano passado.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por dizer que considera este assunto consensual quanto à sua finalidade, sendo que na sua determinação orçamental já não considera aceitável. Não obstante, prosseguiu dizendo que prevê no orçamento um reforço de intervenção social. Disse, ainda, que irão aprovar um regulamento de emergência social que já está a ser elaborado. Finalizou sugerindo que a recomendação se assumisse como declaração, não sendo sujeita a votação.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires que referiu concordar com o proposto. Disse, ainda, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Pedro Medina, que o que importa é unir forças. Finalizou dizendo que seria produtivo o executivo ter falado na criação deste fundo mais cedo.

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu, assim, que o voto passou a declaração, não necessitando de votação.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Paulo Medeiros para leitura de voto de congratulação pela coesão territorial do Município de Ponta Delgada.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau que começou por dizer que a coesão territorial tem sido uma bandeira do Partido Socialista, por ser importante pensar nas freguesias deste modo. Prosseguiu dizendo que no histórico desta autarquia desde 2009 nunca foram cumpridos os valores afectos ao planeamento das freguesias. Esclareceu, ainda, os contornos das reuniões que o executivo teve com as várias bancadas, finalizando com a apresentação de valores que ficaram por transferir para as juntas de freguesias, não obstante o requerimento a solicitar esclarecimento que o PS enviou e dizendo que o valor de 1 milhão de euros que consta do documento é uma meta para todos, mas o histórico reflete que nunca se cumpriu.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por esclarecer os contornos do orçamento e das verbas disponíveis para distribuição às freguesias, através de uma distribuição duodecimal, pelo que não pode valer o raciocínio dos anteriores protocolos para comparação com o que se propõe para 2013. Prosseguiu dizendo que a indicação do valor de um milhão de euros surgiu por ter sido possível efetuar pagamentos no valor de duzentos mil euros ainda em 2012, valores, estes, que estavam afectos a 2013 e que assim passam a ficar disponíveis.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina que começou por realçar que este voto enferma de alguma gincana política por parte do PSD. Concretizou fazendo menção a alguns dos parágrafos do dito voto. Prosseguiu dizendo que a alocação de um milhão de euros não garante que se concretize este valor, pelo que será prematuro congratularmo-nos com este voto, indicando que o CDS se irá abster.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para interpelação à mesa, questionando sob que figuras de regimento foram feitas as intervenções do Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que tal era possível e que o procedimento não é novidade, tendo sido praticado anteriormente, sendo o regimento omisso quanto a isso.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau que procedeu à leitura do regimento da Assembleia no que concerne às intervenções do Senhor Presidente da Câmara, não se encontrando tais intervenções previstas.

O Senhor Presidente da Mesa fez uso da palavra para aceitar o reparo.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Paulo Medeiros para ressalvar que o documento assume algumas diferenças quanto à postura anterior, não nos podendo esquecer que o Senhor Presidente da Câmara fez parte do executivo anterior. Disse, ainda, que não foi feita qualquer abordagem às juntas de freguesias relativamente aos pagamentos em duodécimos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para esclarecimento, dizendo que as figuras regimentais previstas existem para manter a ordem de trabalhos em órgãos colegiais como este, pelo que não se trata de não quererem os esclarecimentos do executivo, simplesmente as regras do regimento devem ser cumpridas por todos.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o voto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com os votos favoráveis do PSD e abstenção do PS, BE e CDS PP. Este voto encontra-se anexo à acta.

Após, pediu a palavra a Senhora Deputada Maria Helena Costa para leitura de voto de saudação pelo dia 25 de Novembro, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Gilberto Rodrigues para leitura de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Eduardo Pacheco.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Após, pediu a palavra o Senhor Deputado João Paulo Medeiros para leitura de voto de louvor pelo programa do Município para a época de Natal.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Campos para referir que o PS regista que o voto em causa apresenta como medidas praticadas pelo Município algumas medidas sugeridas pelo PS anteriormente e rejeitadas pela maioria. Disse, ainda, que estando ainda a decorrer a época natalícia este voto peca pela falta de sentido de oportunidade temporal.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para sublinhar a intervenção do Senhor Deputado Manuel Campos, concordando com a mesma. Finalizou fazendo uma ressalva relativamente a alguns dos termos utilizados no voto em causa, nomeadamente quando se refere às apostas do Município como “corajosas”, sendo que para si, tais medidas são um dever do executivo.

Pediu a palavra o Senhor Deputado João Paulo Medeiros para voltar a realçar que as intervenções anteriores demonstram que o balanço das medidas camarárias referidas no voto é positivo.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o voto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com os votos favoráveis do PSD e abstenção do PS, BE e CDS PP. Este voto encontra-se anexo à acta.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para leitura de voto de louvor pela figura do empresário do comércio tradicional de Ponta Delgada, Carlos Manuel Botelho de Oliveira de Sá.

Em seguida pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Viveiros Cabral para enaltecer o referido empresário pelo dinamismo que imprime ao seu negócio.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o voto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo à acta.

Após, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia e decretou quinze minutos de intervalo.

Período da Ordem do Dia

O período da Ordem do Dia iniciou-se com o Presidente da Mesa a indicar o agendamento de mais um Ponto para votação.

Neste sentido, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou que o ponto em causa surge por não ter sido feito, em tempos, o devido registo de um lote, o que carece, agora, de se concretizar e regularizar, de modo a que a parcela em causa entre no domínio público em permuta com outra cedida à AMISM, sendo que a Câmara irá rececionar uma parte maior do que a que cede à Associação de Municípios da Ilha de São Miguel.

Colocado a votação o agendamento, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para requerer duas alterações à ordem de trabalhos: primeiro que, o 15º ponto seja trocado pelo 11º ponto, e segundo que os documentos orçamentais sejam efetivamente votados no fim, portanto, fazendo mais sentido que o 12º ponto passe para 17º. Finalizou solicitando esclarecimento quanto a documentação referida e que a mesma deveria consubstanciar um ponto a discutir.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que apesar de não estar na agenda, pode e deve constar da acta que a documentação referida pela Senhora Deputada Sónia Nicolau foi entregue aos Senhores Deputados, contendo a descriminação de todos os compromissos.

Esclareceu, ainda, que o 8º ponto carece da aprovação do estatuto, pelo que deve preceder primeiro tal aprovação, devendo tal ponto ser retirado na presente ordem de trabalhos.

Após, pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para requerer que o Ponto 12, que inclui a votação dos documentos previsionais da Câmara e dos SMAS permita votação separadamente.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação todas as sugestões de alterações, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação da actividade camarária relativamente aos últimos dois meses.

PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DA ACTIVIDADE CAMARÁRIA

Pediu a palavra o Senhor Deputado André Carvalho que começou por perguntar em que situação está a conclusão do reservatório de agua na freguesia dos Ginetes, pois cada vez que chove são arrastadas para a estrada regional quantidades generosas de lama. Chamou a atenção, também, para o estado dos passeios na Rua Bento Morais, bem como para uma passadeira mal sinalizada na Radial Pico do Funcho. Fez referência, ainda, Terreno nos Mosteiros adquirido para construção da casa mortuária onde foi recentemente colocadas telhas metálicas que são arrancadas pelo vento, o que se pode tornar perigoso. Por fim, indagou sobre a aplicação da legislação relativa aos conselhos municipais de juventude, pois o decreto-legislativo regional aplicável refere que há um prazo de seis meses para implementar as alterações constantes do mesmo, acabando o prazo neste Município em Abril.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Maria das Mercês Melo para perguntar qual o destino a curto prazo do antigo parque de máquinas camarário junto ao Hotel Vip.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para questionar sobre notícia recente relacionada com uma empresa sediada em Ponta Delgada que ira deslocalizar a sua fábrica para outro concelho, concretamente sobre o conhecimento que o executivo camarário tem do assunto, bem como de possíveis diligências que tenha realizado ou preveja realizar sobre o mesmo.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Campos que disse, sobre a corrida de São Silvestre, ter ficado agradado com a participação activa do Senhor Presidente da Câmara, bem como com o novo horário da referida iniciativa.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para vincar a posição da bancada do PSD relativamente à atividade camarária. Assim, prosseguiu dizendo que realça alguns princípios que têm vindo a ser introduzidos, nomeadamente a gestão partilhada e participada. Salientou, ainda, a ação na área social.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por agradecer as intervenções e a postura dos Senhores Deputados. Em seguida, esclareceu que o reservatório de água nos Ginetes está concluído, podendo ter havido eventualmente alguma conduta aberta que poderá ter provocado algum derrame, o que irá verificar junto dos SMAS. Quanto à casa mortuária, procurará uma solução para as telhas metálicas. No que toca aos conselhos de juventude irá verificar e equacionar a possibilidade legal de trabalharem na criação de um conselho da juventude. Relativamente ao antigo parque de máquinas, esclareceu que o espaço em causa não é propriedade do município, sendo que, no entanto, têm reforçado a ação vigilante sobre o espaço. Quanto à questão do Senhor Deputado Pedro Medina, refere desconhecer a notícia em causa, não tendo o executivo sido informado formalmente, estando disponível para atuar caso tenham mais dados sobre este assunto. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Manuel Campos, o Senhor Presidente da Câmara ficou satisfeito com a mesma tendo, contudo, esclarecido que a corrida de São Silvestre não é organização camarária, mas sim da Associação de Atletismo de São Miguel. Em todo o caso, prosseguiu dizendo que este

executivo tem mantido uma postura ativa nas melhorias constantes do evento em causa.

Pediu a palavra o Senhor Deputado André Carvalho para esclarecimento relativamente ao reservatório dos Piquinhos, nos Ginetes, para dizer que a questão se coloca relativamente à rampa de acesso ao mesmo e aos terrenos circundantes, sendo aí que a água se acumula quando chove muito.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para esclarecer que a empresa a que se referiu foi a Fábrica Melo Abreu.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Marco Silva para dizer louvar a abordagem do executivo camarário na pessoa do Senhor Presidente da Câmara neste mandato, sabendo ouvir. Fez apenas um alerta para que haja envolvência com os presidentes das juntas das freguesias nas decisões a tomar. Finalizou dizendo que é necessário procurar auxiliar os pequenos e médios comerciantes deste concelho, em cooperação com associações representativas daqueles, procurando soluções para minimizar os efeitos da crise e, a longo prazo, procurar orientar o trânsito da cidade de Ponta Delgada, que cresceu muito nos últimos anos.

Pediu a palavra a Senhor Deputada Vera Pires para relembrar que a ilha de São Miguel continua, ao fim de três anos, a não ter instituído o seu conselho de ilha, sendo que esta responsabilidade cabe ao presidente do maior concelho municipal da ilha. Este conselho de ilha será pertinente e uma mais-valia. Relembrou, também, o pacto de autarcas, instituição comunitária, virada para a área da mobilidade sustentável, tendo Ponta Delgada já assinado este pacto, tendo sido excluída por não cumprimento das condições exigidas pelo mesmo. Neste sentido, sugeriu que se procurem cumprir tais condições de modo a aderir novamente ao referido pacto. Finalizou alertando para uma situação relativa a uma arriba sem proteção situada nos Mosteiros, com parte do muro que já caiu, havendo a possibilidade de perigo público, devendo ser feita intervenção.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau que começou por solicitar esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara quanto à segurança do Parque Urbano e intervenção da Polícia Municipal e perguntou também sobre a os mini-autocarros e se seriam para ser utilizados, em determinado contexto, por pessoas com carências económicas, como referiu o Senhor Presidente, considerando a Senhora Deputada que os mesmos devem ser para utilização de todos em circunstâncias iguais. Relativamente à atividade camarária começou por perguntar, no âmbito da ação social, quantos dos 8 pedidos colocados por munícipes, foram respondidos. Perguntou, ainda, para quando a finalização da casa mortuária da Candelária. Relativamente ao apoio à habitação degradada, perguntou que números de apoios foram feitos e respetivos valores. Em seguida abordou a questão relativa às dívidas existentes entre a Câmara Municipal e a empresa Ponta do Norte, relativas à Junta de Freguesia da Ajuda da Bretanha. Prosseguiu dizendo que o PS tem acompanhado este imbróglio que foi deixado pelo presidente da junta de freguesia do anterior mandato, concretamente com as dívidas contraídas pelo mesmo. Indagou sobre os valores em díviva e sobre as referências feitas ao Governo Regional que, na sua óptica, nada tem a ver com o assunto.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por agradecer o esclarecimento do Senhor Deputado André Carvalho, referindo ir procurar solução junto dos SMAS. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Pedro Medina, disse que terá gosto em falar com o empresário da Fábrica Melo Abreu de modo a procurar consolidar a sede da mesma em Ponta Delgada. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Marco Silva, agradeceu e referir que é procura constante deste executivo gerir e melhorar as questões levantadas pelo mesmo, salientando a questão do trânsito e da segurança dos veículos de duas rodas. No que concerne ao conselho de ilha, disse concordar com organização do mesmo, no então, esclareceu que a mesma não depende apenas deste concelho de Ponta Delgada, mas também dos restantes parceiros que não se têm prestado a participar. Em todo o caso, é da opinião que o modo como o mesmo está previsto não é o mais eficaz. Quanto ao pacto de autarcas, referiu que quer garantir que este concelho tem capacidade para ser integrado neste pacto. Relativamente à arriba situada nos Mosteiros

esclareceu que a mesma é propriedade privada, já tendo feito insistências, indo as mesmas contra a vontade do proprietário que tem criado entraves. Quanto à vigilância do Parque Urbano, assunto levantado pela Senhora Deputada Sónia Nicolau, referiu que não é só a Polícia Municipal que poderá solucionar, mas também o papel dos munícipes. No que toca ao assunto dos mini-autocarros (mini-bus) disse que procura criar, no novo concurso, um conceito de movimentos transversais, em vez de serem circulares, de modo a encurtar o percurso em termos de tempo despendido, permitindo, ainda, que qualquer utilizador, de qualquer estrato social, o utilize, permitindo o mesmo bilhete utilizar vários dos mini-autocarros. Quanto à casa mortuária da Candelária, espera poder inaugura-la brevemente, pela necessidade que reconhece que a mesma tem. Em referência à empresa Ponta do Norte, esclareceu que o empresário da mesma reconhece que a Câmara Municipal de Ponta Delgada não lhe deve qualquer verba, sentindo-se o mesmo lesado por trabalhos realizados e não pagos junto da junta de freguesia, disse ainda que está disponível para participar em diálogo para resolver este assunto, salientando, no entanto, que a Câmara não tem responsabilidade económica ou financeira sobre este assunto. Quanto aos apoios à habitação degradada, afirmou que os que estão relatados no relatório (oito) são os que foram cumpridos, quanto à despesa na habitação degradada informou que foram 12.041,55€.

Em seguida, pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para esclarecimento quanto à questão da empresa Ponta do Norte. Assim, disse que há limites de endividamento para as juntas de freguesia e que a junta da Ajuda da Bretanha não teve endividamento nenhum junto desta empresa, não tendo feito este investimento, tendo havido, isto sim, conivência do executivo camarário para a obra que foi construída, e isso há que assumir e é necessário perceber onde falhou a Câmara Municipal. Pelo que, prosseguiu, considera importante ouvir-se o empresário em causa, que se encontra presente.

Foi dada a palavra o Senhor Presidente da Câmara que esclareceu e reafirmou que a Câmara Municipal de Ponta Delgada não deve um cêntimo à referida empresa, renovando a sua disponibilidade para ajudar a esclarecer a situação

junto do empresário que se diz credor e que no tempo próprio o empresário em causa poderá intervir.

PONTO 2 – PROPOSTA PARA INSTITUIR O DIA MUNDIAL DE DIÁLOGO INTERCULTURAL – AIPA – ASSOCIAÇÃO DOS IMIGRANTES DOS AÇORES

Foi presente o ofício n.º22762/2012, datado de 30 do mês findo, da Câmara Municipal de Ponta Delgada enviando para efeitos de aprovação o processo sobre o assunto designado em epígrafe.

Não havendo pedidos de intervenção foi o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

PONTO 3 – CIDADE EM ACÇÃO – SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS S.A. – CLASSIFICAÇÃO DE PRÉDIO COMO DE INTERESSE MUNICIPAL

Foi presente o ofício n.º20904, datado de 7 do mês findo, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando para aprovação e classificação dos prédios com os artigos 3521 com a área de 24.256,90 m2 e 3793 com uma área total de 53.898,02 m2 de interesse municipal.

Não havendo pedidos de intervenção foi o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do BE.

PONTO 4 – PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL "PONTA DELGADA SOCIAL"

Foi presente o ofício n.º 22558/2012, datado de 28 do mês findo, da Câmara Municipal de Ponta Delgada enviando em conformidade com a alínea a) do n.º6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a dissolução da Empresa Municipal "Ponta Delgada Social" Construção, Exploração e Gestão de Equipamentos Sociais, Sociedade Unipessoal, Lda em conformidade com os nºs 1 e 2 do artigo 61º da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Campos apenas para realçar que esta proposta não decorre apenas da decisão camarária mas sim do imperativo da lei que a isso obriga.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que nada tem a apontar à intervenção anterior mas realçando que a Câmara Municipal nunca omitiu tal questão, tendo, inclusive, abordado este imperativo legal. Não obstante, referiu que será feita a integração destes trabalhadores na Câmara Municipal sendo, isto, uma opção de gestão.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

PONTO 5 – AZORES PARQUE – SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO PARQUES EMPRESARIAIS S.A. – ATUALIZAÇÃO DE RENDAS PARQUE DE MÁQUINAS

Foi presente o ofício n.º 23081, datado de 6 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o assunto designado em epígrafe, em conformidade com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para efeitos de aprovação.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para solicitar esclarecimento sobre este ponto.

Assim, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu estar em causa a promoção de equilíbrio financeiro entre a Câmara e a Azores Parque, pois havia contrato de arrendamento determinado em função de um custo que a Azores Parque tinha assumido para a construção daqueles equipamentos, e como, entretanto, a prestação paga à banca é superior ao arrendamento, estão a promover solução de reequilíbrio.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para dizer que a solução em causa é equilibrada para a Azores Parque mas desequilibrada para a autarquia. Prosseguiu dizendo que no momento a autarquia paga uma renda mensal de vinte e cinco mil euros, importando recordar que este contrato em 2007 era de doze mil e quinhentos euros. Agora, vem a Azores Parque dizer que se sente lesada, contudo, disse, não sendo a mesma uma empresa municipal mas privada, não tem a Câmara que proceder como prevê neste ponto. Acresce que todas as questões levantadas pelo Administrador da empresa (pagamento de seguro multirriscos, ocupação do parque é agora superior ao contratualizado) deveriam ter sido assumidas pela própria empresa. Perguntou, ainda, quem autorizou o aumento do espaço ocupado pela Azores Parque. Finalizando a sua intervenção sublinhando que as alterações à renda do contrato não deveriam ser no sentido ascendente em termos do valor a pagar pela autarquia, não se percebendo como se defende a autarquia assim.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para dizer que o que foi inicialmente acordado entre as partes veio-se a manifestar insuficiente para satisfazer os encargos da Azores Parque e o que se verifica atualmente é que a Câmara está a ser mais penalizada com custos acrescidos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para dizer que lhe parece que só faz sentido existir empresas locais se as mesmas servirem os munícipes e o município, o que não se verifica nesta situação.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a Azores Parque é uma empresa de capital maioritariamente do município e o cenário económico e empresarial do município é tao simples quanto este. É uma empresa que tem contratados empréstimos bancários, e que se fosse extinta a responsabilidade passava para o município e tornava incomportável para a gestão municipal a sua gestão, sendo, assim, do interesse municipal, manter o sector empresarial, salvaguardando o equilíbrio financeiro público municipal. Esclareceu que o primeiro contrato celebrado foi de vinte e cinco mil euros e não de doze mil e quinhentos, como foi dito. Acrescentou que o custo que o município tem com a Azores Parque é inferior ao custo que a mesma tem

junto da banca. Finalizou dizendo que a defesa do município não pode estar em causa e não admite posições que tentem fazer passar esta mensagem, sublinhando que isto é sinal da falta de estudo da documentação dada.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para defesa da honra dizendo que existe um documento que tinha uma determinada renda que foi subindo e os interesses da Câmara não foram acautelados caso subissem as taxas de juro. Alertou, também, para o facto de a Azores Parque ter entrado dentro do negócio do privado, fazendo concorrência aos demais.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para sublinhar que a bancada do PS não tem feito interpretações desonestas e estuda todos os documentos trazidos à Assembleia. Assim, perguntou qual o valor do contrato celebrado em 2007, pois pelo que lê o valor é de doze mil e quinhentos euros., sendo que a nova prestação de vinte e cinco mil euros surgiu em 2008. Perguntou porque terá a autarquia de assumir o custo da retenção de IRC e os seguros multirriscos bem como o alargamento do espaço usado pela Azores Parque.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para reafirmar que não fez qualquer acusação de desonestidade do executivo, não obstante serem aceitáveis diferentes opiniões políticas. Finalizou dizendo não aceitar que se acuse os Senhores Deputados de não lerem os documentos e não os estudarem.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que a sua abordagem tem a ver somente com a questão do contrato dos doze mil e quinhentos euros, não sendo sua intenção desconsiderar o trabalho dos Senhores Deputados, não podendo, contudo, aceitar que digam que não esta na defesa dos interesses do Município. Prosseguiu dizendo que houve, isto sim, uma conversa prévia ao contrato de 2007 que mencionava os tais doze mil euros, mas que o contrato inicial é de vinte e cinco mil euros e sempre foi. Finalizou reafirmando que esta proposta deste ponto é a melhor para a defesa do interesse do município e do equilíbrio na relação entre as partes.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Cabral para questionar o facto de cada intervenção de resposta ultrapassar o tempo de esclarecimento previsto no regimento.

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu não haver regulamentação quanto ao tempo limite para o Presidente da Câmara falar, com exceção da atividade camarária, e que as intervenções dos Senhores Deputados que fizeram uso da palavra até agora estão a cumprir o tempo.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o Ponto 5 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com votos favoráveis do PSD e contra do PS e BE e abstenção do CDS PP, com efeitos imediatos.

PONTO 6 – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – PARCELA DE TERRENO SITO AO CAMINHO DO TORREÃO, FREGUESIA DE FAJÃ DE CIMA

Foi presente o ofício n.º 22925, datado de 4 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o assunto designado em epígrafe, em conformidade com a alínea b) do n.º 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de desafetação do domínio público municipal da área de 1906 m2, afetando a mesma ao domínio privado do Município, para efeitos de aprovação.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

PONTO 7 – REGULARIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE 36M2 PARA DOMÍNIO PÚBLICO – RUA DO LUCENA - VALADO MOURA FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO

Foi presente o ofício n.º 22918, datado de 4 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o assunto designado em epígrafe, em conformidade com a alínea b) do n.º 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a

proposta de desafetação do domínio público municipal da área de 1906 m2, afetando a mesma ao domínio privado do Município, para efeitos de aprovação.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

PONTO 9 – ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

Foi presente o ofício n.º 23016, datado de 5 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o assunto designado em epígrafe, em conformidade com o n.º2 do artº 24º da Lei n.º 49/2012 de 29 de Agosto a proposta apresentada com a manutenção das despesas de representação com eficácia retractiva à data da entrada em vigor da referida Lei e em conformidade com a circular uniforme da Direção Regional de Organização e Administração Pública.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, abstenção do PS e CDS PP e voto contra do BE, com efeitos imediatos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto, justificando o voto contra por considerar que as prioridades devem ser reconsideradas, elegendo a ação social como eixo prioritário, pelo que o valor orçamentado para este pagamento deveria ser redirecionado para a área social. Este voto encontra-se anexo a esta acta.

PONTO 10 – RESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA AO ABRIGO DA LEI N.º 49/2012 DE 29 DE AGOSTO

Foi presente o ofício n.º 23015, datado de 5 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o assunto designado em epígrafe, em conformidade com a alínea n) do n.º 2 do artigo 53º e alínea a) do n.º6 do artº 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artº 6º do Dec-Lei 30572009 de 23 de Outubro e dos artigos 4º, 7º, 8º, 9º, 10º, 21º e n.º1 do artº 25º da Lei n.º 49/2012, a estrutura e

organização dos serviços do Município de Ponta Delgada e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, abstenção do PS e CDS PP e BE, com efeitos imediatos.

PONTO 11 – SMAS – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA e 7ª ALTERAÇÃO AO PPI 2012/2013

Foi presente o ofício n.º 22794/2012, datado de 3 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o assunto designado em epígrafe, em conformidade com a alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para perguntar se esta transferência de verbas representa uma diminuição de 40% no investimento dos SMAS.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que esta alteração não altera nada ao plano de investimentos. A transferência de resultados este ano é de um milhão, não ficando os SMAS prejudicados sem este valor, pois é do interesse do erário público e dos SMAS esta transferência, pois para o ano os SMAS receberão dois milhões de transferências de fundos comunitários, sendo assim esta a melhor rentabilização da lei dos compromissos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para perguntar porque não se deixa este valor nos SMAS e se reduz o tarifário da água não aplicando a sua atualização.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou ser preciso separar as coisas. Disse que há que assegurar preocupação de sustentabilidade, sendo até o valor tarifário dos SMAS dos mais baixos dos Açores.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, abstenção do CDS PP e BE e contra do PS, com efeitos imediatos.

PONTO 12 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO – CANADA DAS MURTAS, FREGUESIA DE SÃO ROQUE

Foi presente o ofício n.º23420/2012, datado de 12 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o assunto designado em epígrafe, em conformidade com a alínea b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e CDS PP, abstenção do BE e PS, com efeitos imediatos.

PONTO 13 – LANÇAMENTO DE DERRAMA

Foi presente o ofício n.º 23002/2012, datado de 4 do mês em curso, da Câmara Municipal de Ponta Delgada enviando o processo relativo à proposta para isenção de taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150 mil euros, para efeitos de aprovação de acordo com o disposto nos artºs 53º n.º2 alínea f) e 64º alínea a) ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para relembrar que o PS tem feito proposta para isentar até 150 mil euros e 50% quando for valor superior, sendo sempre rejeitada tal proposta. Agora vê-se um retrocesso na tomada de posição por parte do PSD, tomando agora decisão que já poderia ter sido antecipada pois há muito que o PS tem solicitado isto há muito tempo. Não obstante, o PS felicita tal tomada de posição e irá votar a favor.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que, neste caso, houve promoção de um exercício do direito da oposição, não apenas ouvindo propostas genéricas, mas dando em anteprojeto propostas para

analise, e tal tem valor democrático de pluralidade e aceitação, tendo informado na altura a oposição para o perfil do orçamento e limites existentes. Informou, ainda, o contexto para a opção agora a votação, tendo realçado o trabalho de análise e estudo de outros concelhos relativamente à derrama. Referiu, ainda, que a posição da Senhora Deputada Sónia Nicolau não se coaduna com a análise que o PS entregou em resposta ao anteprojecto. Em todo o caso, reforçou que o caminho seguido pelo executivo procurou ir ao encontro das propostas apresentadas pela oposição.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para dizer que a medida vem mais ao encontro do que o CDS PP tem defendido e que, vindo a maior verba do pagamento de empresas com volume de negócio elevados, faz sentido ajudar as empresas mais pequenas, pois a isenção para as mesmas não prejudica o equilíbrio financeiro camarário.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para dizer que o BE considera um avanço a alteração neste assunto por parte do executivo camarário. Disse, ainda, quanto à prática que se verificou de consulta da oposição, que o que este executivo fez foi o cumprimento da lei do estatuto da oposição, não obstante o BE valorizar tal atuação.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para referir que as propostas do PS sobre este assunto sempre foram honestas e credíveis e que a bancada irá votar favoravelmente.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto justificando o voto favorável pelo facto de já o terem defendido antes. Este voto encontra-se anexo a esta acta.

PONTO 14 – TAXAS MUNICIPAIS PARA 2013

Foi presente o ofício n.º23005/2012, datado de 5 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o assunto designado em epígrafe, em conformidade com o artigo 53º n.º 2 alínea e) e 64º alínea a) da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para solicitar esclarecimento quanto à isenção de taxas de animação e ocupação do espaço público.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que as preocupações que lhe foram transmitidas pelos senhores empresários implicavam redução e isenção de taxas de ocupação de iluminação, promoção do comércio, entre outros. Esta redução foi feita com alterações ao regulamento de taxas e licenças. Quanto às taxas de publicidade, que estão de forma autonomizada nesta proposta, relacionam-se com o facto de haver *outdoors* que ocupam espaço público e que estão vazios sem qualquer publicidade e haver necessidade de reduzir a taxa de publicidade em 50% e isso refletir-se no preço do publicitado. Tal proposta tem custo mínimo nas receitas do município e vai ao encontro das partes, estimulando o negócio.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para dizer que já dois anos que defende que se deveriam apoiar os empresários promovendo medidas que vão de encontro à opinião dos nossos comerciantes e que criem condições para que o comércio tradicional se desenvolva. Falou também nos placards luminosos dos estabelecimentos, defendendo que deve ser dada facilidade aos comerciantes para poderem utilizá-los. Sugeriu, ainda, que os estabelecimentos que têm esplanada deveriam ter algum benefício, ou pelo menos indexar o valor da esplanada ao do estabelecimento.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que toda a publicidade, luminosa ou não, que não promova uma marca de produto está isenta de pagamento quando a publicitação é do comércio ou de um

estabelecimento. Relativamente à questão das esplanadas referiu que o projeto REVIVA já prevê reduções na área da ocupação da via pública, não obstante estarem disponíveis para alterações.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o Ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com votos a favor do PSD, abstenção do CDS PP e contra do BE e PS.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto, justificando o voto contra do BE pelo facto de esta medida não ter em conta o momento especial de dificuldade financeira. Este voto encontra-se anexo a esta acta.

PONTO 15 – DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS DOS SMAS

Foi presente o ofício n.º 22795/2012, datado de 3 do mês em curso, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe, para efeitos de aprovação, de acordo com o estipulado no ponto 2.7.3.1 do Dec-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Campos para solicitar esclarecimento quanto à transferência de um milhão de euros dos SMAS para a Câmara, concretamente se há algum fim específico para a aplicação deste montante ou se este valor poderia ou não ser útil nos próprios serviços municipalizados.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou que a gestão do orçamento das tuas partes é comunicativa e deve ser aproveitada, sendo que o que se pretende é que, perante a disponibilidade de tesouraria dos SMAS, garantir disponibilidade de fundos para assumir compromissos no âmbito do orçamento municipal. Neste sentido, relembrou a explicação que deu no ponto 11, sublinhando que se trata de uma opção racional de gestão dos dois orçamentos.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e BE e abstenção do PS e CDS PP, com efeitos imediatos.

PONTO 16 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2013

Foi presente o ofício n.º 23025/2012, datado de 5 do mês em curso, da Câmara Municipal de Ponta Delgada enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe, para efeitos do disposto n.º2 do artº 12º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para solicitar informação sobre quanto pagam os operadores em média por mês, pois pelo que consegue perceber, da informação que recolheu, a proposta de isenção em causa permite ao agregado poupar um valor irrisório, mas, em contrapartida, faz com que a Câmara deixe de receber, na globalidade, um valor elevado, pelo que votará contra.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou que a receita de 2012 é de cerca de 25 mil euros. Prosseguiu dizendo que o pagamento desta taxa por estas grandes empresas deve ser por utilizarem a via pública, não sendo legítimo que estas empresas repercutam este custo ao munícipe/ utilizador. Assim, disse que deve ser do rendimento geral da empresa que é feito este pagamento, mais ainda percebendo se estas empresas estão a cobrar o IVA à luz da taxa nacional ou dos Açores. Esta proposta é assim em defesa do consumidor, podendo não ser relevante em termos de montante para o utilizador, mas sendo importante o seu simbolismo. Neste sentido, abordou ainda o exemplo da EDA, que não paga esta taxa mas que cobra valor elevado de iluminação pública ao município.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e CDS PP e contra do PS e BE, com efeitos imediatos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto, justificando o voto contra com a fundamentação apresentada. Este voto encontra-se anexo a esta acta.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Campos para declaração de voto referindo que o PS não percebe a fundamentação para esta redução da taxa, pois o valor poderia ficar nos cofres da Câmara.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para interpelação à mesa, perguntando quanto a uma possível limitação que haja ao exercício dos direitos que estão consagrados às forças presentes, pois de cada vez que alguém pede uma palavra para declaração de voto ou interpelação gera-se incomodo na bancada do PSD, o que não é compatível com o respeito que é devido a quem está a exercer as funções paras as quais foi eleito.

O Senhor Presidente da Mesa informou que o regimento prevê que a sessão possa prosseguir noutro dia, propondo a votação, de acordo com proposta do PS, intervalo de 5 minutos, tendo tal proposta sido rejeitada.

PONTO 17 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2013

Foi presente o ofício n.º22782/2012, datado de 3 do mês em curso, da Câmara Municipal de Ponta Delgada enviando o processo para efeitos de aprovação de acordo com o disposto nos artºs 53º n.º2 alínea b) e 64º n.º2 alínea c) e n.º6 alínea a) ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Cabral para colocar algumas questões no âmbito do desporto, concretamente quanto ao investimento previsto para as infraestruturas e que freguesias contempla. Perguntou, ainda, quanto ao montante de apoio às instituições desportivas qual o regulamento que suporta este apoio e critérios utilizados. Perguntou, também, quanto ao parque desportivo da Relva, qual o critério de ter atribuído valores diferentes para uma mesma intervenção. Perguntou, ainda, sobre a razão do baixo investimento da autarquia no desporto e lazer.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Luísa Bairos para solicitar esclarecimentos quanto: ao apoio às atividades culturais e aos critérios de distribuição; às bandas filarmónicas e se os 1800 euros referidos na rubrica são para cada filarmónica ou a dividir por todas; à diferente de apoio à orquestra de Câmara e à orquestra de Ponta Delgada; ao apoio na recuperação da Sinagoga, concretamente que acompanhamento tem a Câmara previsto para manutenção e preservação desta obra e cultura.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues que começou por questionar sobre a aquisição, construção e beneficiação de habitação, concretamente sobre a redução do montante relativamente a 2012. Isto porque, disse, as grandes opções do plano dão enfase a esta área, o que não se coaduna com uma redução de montantes. Perguntou como serão estes montantes distribuídos e de que estamos a falar quando se fala num reforço de politica de habitação. Questionou, também, sobre o programa de apoio ao arrendamento, para perceber como se reflete este apoio na proposta apresentada e que montantes foram pagos em 2012 e quantos agregados foram beneficiados. Perguntou, também, sobre programa Obras em Casa e qual a avaliação que a autarquia faz ao mesmo e como poderá a autarquia responder a solicitações com uma dotação de apenas cinco mil euros. Finalizou sugerindo que a haver distribuição de cabazes pelas IPSS que os mesmos tenham mais comida do que anteriores.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Maria Conceição Arruda para dizer que este orçamento não é o desejável mas é o possível, referindo que é um orçamento realista e exequível, referindo que 67,5% do orçamento é coberto com receitas correntes e o restante com receitas de capital.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Campos para dizer não compreender a rúbrica “outros” com valor de cerca de 4 milhões de euros, valor muito expressivo para uma rúbrica que leva cerca de 10% do orçamento da Câmara, sendo necessário esclarecer o critério deste valor nesta rúbrica, com mais explicação sobre o mesmo. Por outro lado, disse que é importante

esclarecer de que valores estamos a falar nas reduções de taxas e do significado que podem ter em termos de orçamento.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou que o orçamento tem redução significativa nos seus valores globais em relação a 2012. Disse não se poder comparar o orçamentado em anos anteriores, pois não influenciou a concepção deste orçamento para 2013. Este orçamento é otimista na sua componente da receita, pois há por exigência legal uma média do histórico dos últimos três anos quanto à receita cobrada, o que não permite dar impacto da redução das taxas e estando nós num ambiente recessivo ter por referência o histórico dos últimos três anos é otimista pois a receita foi mais favorável do que a que se pode estimar para 2013. Informou, em seguida, quais as rubricas identificáveis relativamente à aposta na área social e esclareceu os valores previstos para cada uma, concluindo que as mesmas refletem um aumento no investimento naquela área. Quanto à questão da rubrica “outros” disse ir procurar saber mais pormenores para poder esclarecer. Quanto às parcerias e protocolos referiu que a lei permite a transferência de competências paras as juntas de freguesias de forma mais abrangente, e é isso que se pretende na área social. Quanto às filarmónicas, referiu ser possível organizar candidaturas que permitam apoiar a requalificação das sedes das mesmas, com os devidos fundos comunitários. Relativamente aos critérios para apoios aos clubes desportivos esclareceu que está a ser elaborado trabalho de regulamento para perfil de candidaturas onde se possa verificar se as mesmas cumprem os requisitos previstos. Quanto ao polidesportivo da Relva, esclareceu haver na zona uma servidão aeronáutica que limita alguns dos investimentos de construção, tendo havido parecer vinculativo da ANA E.P., o que obriga à paragem da obra. Quanto à questão da sinagoga, disse que o investimento será feito com recurso ao apoio de fundos comunitários não podendo, assim, ser uma casa de culto, mas apenas um local de conteúdo museológico. Ainda assim, disse, este executivo está a par com a Associação de Amigos da Sinagoga a receber formação para preservar aquele local respeitando a sua história e cultura. Relativamente à orquestra de Câmara e à orquestra Municipal, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que tem procurado dar apoio com retorno de prestação de serviço cultural e recreativo

destas instituições ao público de forma gratuita. Prosseguiu a sua intervenção dizendo que é importante não fazer exercício de leitura do orçamento rubrica a rubrica, pois pode ser falaciosa esta análise, pois trata-se de uma organização global do orçamento.

Em seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para solicitar ponto de situação sobre se as propostas da oposição para as várias questões vão ser atendidas ou não, nomeadamente sobre as taxas, parquímetros, fundo de ação social, entre outros. Para terminar, fez referência a três obras que têm sido reivindicadas, nomeadamente a construção da sede de escuteiros em São Vicente Ferreira, da casa mortuária nos Mosteiros e da finalização da construção do centro cultural em Santo António.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para questionar porque não foi orçamentado o fundo de emergência social, tendo-lhe parecido que será por uma questão técnica ou burocrática, de qualquer maneira, prosseguiu perguntando se o regulamento para este fundo está em preparação, qual o valor previsto e de que áreas do orçamento será retirado este valor. Uma nota também para a pouca clareza em várias rubricas de “outros” e para uma notícia que foi publicada no portal da Câmara a propósito da reunião com as oposições cujo conteúdo tem pouca precisão.

Pediu a palavra o Senhor Deputado André Carvalho para questionar, relativamente à polícia municipal, quais os custos totais anuais do seu funcionamento e qual o montante de receitas da mesma.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Cabral para dizer que as suas questões não foram respondidas pelo Senhor Presidente da Câmara. Sublinhou, assim, para quando será elaborado o regulamento e voltou a perguntar sobre o polidesportivo da Relva. Perguntou, ainda, sobre a área da saúde, não havendo verba definita para a mesma, indagando o porquê.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para dizer que quando o Senhor Presidente da Câmara justifica a diminuição do orçamento com base apenas na execução, isso não chega, pois quando há execução baixa ou há uma sobre orçamentação ou há uma má execução. Disse, ainda, que quando o Senhor Presidente da Câmara diz que há um grande reforço de investimento no município, tal afirmação não corresponde à verdade, até porque com o ónus que é colocado às freguesias pouca manobra terão para dar execução com o pouco que irão receber.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para repudiar a intervenção da Senhora Deputada Vera Pires relativamente ao fundo social, concretamente quando a mesma diz que foi o BE que trouxe este assunto à mesa de trabalhos. Disse, ainda, que acha que este assunto foi devidamente esclarecido pelo Senhor Presidente da Câmara. Disse, ainda, que foi por alerta do CDS PP que este executivo passou a ouvir previamente a oposição como prevê, aliás, a lei.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para dizer que este orçamento é credível, honesto e realista. Disse, ainda, que o PS neste debate tem procurado questionar miudezas, esquecendo a sua bandeira social. Considerando que este plano e orçamento revela enorme preocupação com esta área deveria merecer por parte do PS um voto favorável.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para, em resposta ao Senhor Deputado Pedro Medina, dizer que não duvida da intenção da assembleia e do executivo na criação do fundo social mas quer e pode, legitimamente, questionar sobre os contornos do mesmo. Disse, ainda, que não quis dizer que foi o BE que iniciou este assunto, mas sim que a maioria dos Senhores Deputados não tinham conhecimento da intenção da criação de tal fundo, pelo que traz este assunto para discussão com base no que se debateu na presente reunião.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para, primeiro, dizer que o PS tem uma estratégia de trabalho e que trá-la a esta assembleia. Relativamente ao planeado e ao executado, referiu que os Senhores Deputados não têm acesso a esta informação, trabalhando apenas os dados de que dispõem, daí as questões colocadas, tendo em conta o que foi proposto no ano passado. Quanto a isso, disse que foram feitas perguntas concretas. Quanto à questão social, levantada pelo Senhor Deputado Jorge Macedo, disse que o PPI refere grande investimento nas funções sociais mas que importa alertar para o facto de as funções sociais não englobarem a ação social e que no campo da ação social consta o valor zero no PPI. Quanto ao sector empresarial local questionou sobre o valor a ser transferido para o Azores Parque, Coliseu Micaelense e Cidade em Ação. Relativamente às instituições se fins lucrativos, perguntou que valor será afeto a cada uma por área. Perguntou, ainda, sobre a diferença de valor constante do documento relativo aos juros. No que concerne às freguesias, saúda o aumento. Quanto aos transportes públicos indaga sobre o valor a afetar ao novo concurso, concretamente do valor de 530 mil euros. Quanto ao apoio às famílias solicitou que o orçamento concretize que valor destina ao mesmo. Reiterou, ainda, a necessidade de explicação para as rúbricas “outros”.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por dizer que as questões pormenorizadas num documento tão exaustivo necessitam de consulta e de apoio técnico para respostas mais concretas, pelo que o exercício persistente de apontar críticas ao passado recente é desconhecer as circunstâncias sociais e financeiras atuais e as regras a cumprir. Deu como exemplo algumas limitações de ordem técnica e regras de exigência legal para o quadro orçamental, impondo a manutenção de alguns termos e rubricas de determinada forma. Disse, também, nunca defender existência de superavit nas contas, havendo é uma sobre inflação da receita prevista, não se podendo gastar o que não se tem. Após, confirmou que o Senhor Deputado Pedro Medina requereu anteriormente o cumprimento para a audição da oposição e a criação do fundo de emergência social. Neste sentido, disse ter tido oportunidade de analisar todas as questões quanto a este fundo, tendo sido levantadas questões legais, sendo cauteloso regulamentar tal matéria e só

após orçamentar este fundo, sendo tal regulamento baseado em propostas analisadas. Respondendo a outras questões colocadas, esclareceu que: a colocação de parquímetros para motociclos será tida em conta não necessitando de execução orçamental; a construção da sede de escuteiros de São Vicente será para conclusão em 2014; a construção da casa mortuária dos Mosteiros está prevista no orçamento; a construção do Museu de Arte Contemporânea, importa esclarecer, não se trata de construção, pois ficou decidido nesta Assembleia que tal construção não se realizaria, tendo de haver redistribuição das verbas por outras soluções de investimento; quanto ao centro cultural de Santo António disse que está previsto no Plano de Atividade Municipal com arranque em 2013. Disse, também, virem a analisar a possibilidade de nos SMAS se isentar de pagamento famílias com atestado de pobreza, tendo sido avaliada juridicamente esta opção, podendo através do fundo social a Câmara apoiar estas famílias, aditando-se o pagamento de luz e gás. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Ricardo Cabral disse que o regulamento irá ser debatido nesta Assembleia. Às questões da Senhora Deputada Sónia Nicolau referiu que o sector empresarial faz parte do universo municipal e tem de se cumprir os contratos programa, e que a questão colocada é técnica e trata-se de uma questão de rubrica em que há a amortização de capital e pagamento de juros. Relativamente às verbas para a ação social, esclareceu que a Ponta Delgada Social faz atividade nesta matéria. Quanto aos mini-autocarros disse que o valor estimado é maior do que o que está a ser pago, assim estão a prever um valor para o novo concurso público que seja razoável relativo ao custo da prestação daquele serviço.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Cabral para esclarecimento sobre a carta desportiva, pois há três anos fez pedido sobre a mesma que está parada, assim perguntou para quando a sua atualização.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer a questão do Senhor Deputado André Carvalho quanto à polícia municipal dizendo que está previsto meio milhão de euros para sustentar esta unidade. Quanto às receitas referiu não conseguir precisar de momento mas que estão longe de compensar o investimento, pois trata-se de um serviço público. Quanto à

questão do Senhor Deputado Ricardo Cabral confirma o que o mesmo disse, referindo que já solicitou reunião ao Dr. Fernando Melo para atualização da carta, devendo, posteriormente, a mesma ser aprovada em sede de executivo, vindo depois à Assembleia.

Não havendo mais pedidos de intervenção procederam-se às votações.
Assim, foi votado inicialmente o orçamento da Câmara Municipal para 2013 e dos GOP´s para 2013/2016, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, contra do PS, BE e abstenção do CDS PP, com efeitos imediatos.

Após procedeu-se à votação dos SMAS, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e abstenção do PS, BE e CDS PP, com efeitos imediatos.

Em seguida, procedeu-se à votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal e dos SMAS, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e abstenção do PS, BE e CDS PP, com efeitos imediatos.

Foram entregues à Mesa declarações de voto do PS e BE.

Em seguida, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do parecer do Revisor Oficial de Contas.

Após, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra a um elemento da assistência, concretamente o Senhor António Correia que fez uso da palavra para dizer que, quanto à Ponta Norte, a Câmara não deve qualquer valor à empresa, o que sucede é que a empresa procedeu ao longo dos anos a pequenas e médias obras na freguesia da Ajuda da Bretanha e que, por exemplo, uma das obras, relativa à iluminação subterrânea, nunca foi paga pela Junta de Freguesia, tendo já falado várias vezes com o Presidente atual da Junta para tentar solucionar a situação. Elencou, ainda, várias das obras que realizou na referida freguesia. Finalizou sublinhando que a Câmara não lhe deve nada, mas a Junta de Freguesia sim.

Não havendo mais qualquer assunto a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta minutos da qual se elaborou a presente acta que foi aprovada por _____ e que eu, como primeiro Secretário da mesa, redigi, lavrei e subscrevi.